



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681401 - RO (2021/0226954-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JUSTINO ARAUJO
ADVOGADO : JUSTINO ARAÚJO - RO001038
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : DARLAN FRANCA FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DARLAN FRANCA FERREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (HC n. 0805386-57.2021.8.22.0000).

O paciente encontra-se foragido, com prisão preventiva decretada, em razão da suposta prática do crime de tráfico de drogas.

O impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não foram atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, aduzindo que o acusado é primário, sem antecedentes criminais, possui residência fixa, ocupação lícita e que a quantidade de droga apreendida foi ínfima (76 g de cocaína).

Assevera que, em caso de condenação, fará jus à aplicação da minorante do tráfico e à fixação de regime diverso do fechado, o que demonstra que a segregação é desproporcional.

Requer, liminarmente, o deferimento da liberdade provisória, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se dos fundamentos do voto do relator (e-STJ fls. 55/57):

A prisão preventiva é uma medida cautelar de constrição à liberdade (excepcional) do indiciado ou do réu, quando presentes a materialidade delitiva e indícios de autoria delitiva, decretada por questão de necessidade, cujos fundamentos estão previstos no art. 312 do CPP, e desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 313, também do CPP. Assim, pela descrição dos fatos, tenho que presentes fortes indícios de autoria e prova da materialidade. Além disso, o perigo gerado pelo estado de liberdade do paciente é evidente, uma vez que a gravidade do delito, a garantia da ordem pública e o modus operandi empregado, implicam ser necessária a manutenção da medida cautelar. O tráfico de

entorpecentes é dos crimes mais graves do nosso Sistema Penal. Via de regra, atrai outros tantos crimes, não de menor gravidade.

Não se perca de vista que foram apreendidos 76 gramas de substância entorpecente denominada cocaína, que, apesar do impetrante mencionar ser uma pequena quantidade, seria possível fracionar em diversas porções para a sua comercialização.

O periculum libertatis está estampado na necessidade de acautelar a ordem pública, pois a natureza lesiva do delito praticado, somadas às circunstâncias nas quais se deu o flagrante, vale dizer, após a investigação concluir que Darlan não só comercializava entorpecentes em sua casa como também estava se dedicando às atividades criminosas, evidenciam sua periculosidade social bem como a probabilidade concreta de continuar traficando o que, por certo, constitui o bastante para autorizar a manutenção da custódia cautelar, notadamente porque nenhuma outra medida se mostra apta o suficiente para afastá-lo do comércio ilegal.

No caso, a prisão encontra fundamentos idôneos na necessidade de garantir a aplicação da lei penal, na medida em que o paciente se encontra em local desconhecido. Assim, a ausência do distrito da culpa e a fuga após o fato podem demonstrar a intenção do paciente de frustrar o direito do Estado de punir, justificando, assim, a custódia decretada.

[...]

Por fim, importa mencionar que a existência de condições pessoais favoráveis, por si só, não é suficiente para a revogação da prisão preventiva.

Por tais motivos, verifico que a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, não se mostram suficientes para a garantia da ordem pública.

Do exposto, denego a ordem impetrada.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência